

Alerta Legislação, nº 46, de 14 a 19 nov. 2011

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
(11) 2193-8107 e 8144 • ccivil@sp.gov.br

DESTAQUES

Governo Federal

- **DECRETO Nº 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011**
Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

Governo do Estado de São Paulo

- **DECRETO Nº 57.524, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**
Regulamenta a [Lei nº 14.592, de 19 de outubro de 2011](#), que proíbe, no Estado de São Paulo, a venda, a oferta, o fornecimento, a entrega e a permissão de consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade, e dá providências correlatas

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
18/11/11	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº- 549, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP Importação e da COFINS - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº- 550, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO NO- 7.617, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto no 6.214, de 26 de setembro de 2007.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.616, DE 17.11.2011 - DOU DE 18.11.2011</u> Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde - FN-SUS.</p> <p><u>DECRETO NO- 7.615, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Altera o art. 2º do Decreto no 7.560, de 8 de setembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da</p>

	<p>Administração Pública federal quanto às ações do Poder Executivo federal no âmbito da Autoridade Pública Olímpica - APO.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.614, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Reduz a zero as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre produtos utilizados por pessoas com deficiência.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.613, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Altera o Decreto no 5.992, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.608, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução nº 1988, de 17 de junho de 2011, adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que trata de sanções contra indivíduos e entidades do Talibã e aqueles associados ao Talibã que constituam ameaça à paz, à estabilidade e à segurança do Afeganistão.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.607, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução nº 2009, de 16 de setembro de 2011, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o regime de sanções aplicadas à Líbia.</p> <p><u>DECRETO Nº- 7.606, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução nº 1989, de 17 de junho de 2011, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que trata de sanções contra indivíduos, grupos, empreendimentos e entidades da Al-Qaeda e a ela associados.</p>
14/11/11	<p><u>LEI Nº 12.522, DE 11.11.2011</u> Altera a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.</p> <p><u>MENSAGEM DE VETO TOTAL Nº 506 DE 11.11.2011</u> Projeto de Lei nº 372, de 2008 (nº 5.030/09 na Câmara dos Deputados), que "Reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei no 8.878, de 11 de maio de 1994, que 'dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona', e dá outras providências".</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	<p><u>RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 61, DE 11.11.2011 - DOU DE 14.11.2011</u> Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros para a oferta de bolsas-formação em cursos de educação profissional e tecnológica vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2011.</p>
Ministério da Saúde (MS)	<p><u>PORTARIA NO- 2.715, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição.</p>

	<p><u>PORTARIA MS Nº 2.708, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Apoia a implantação e a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem por meio de repasse de incentivo financeiro único.</p> <p><u>PORTARIA MS Nº 2.707, DE 17.11.2011 - DOU DE 18.11.2011</u> Regulamenta, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o § 5º do art. 2º do Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, para estabelecer as condições e circunstâncias que permitem a realização de saques para pagamento em dinheiro a pessoas físicas que não possuam conta bancária ou saques para atender a despesas de pequeno vulto.</p>
Receita Federal do Brasil (RFB)	<p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.210, DE 16.11.2011 - DOU DE 17.11.2011</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e dá outras providências.</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
19/11/11	<p><u>DECRETO Nº 57.525, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Torna insubsistentes os dispositivos que especifica do Decreto nº 57.434, de 14 de outubro de 2011, que cria e organiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, Centros de Escolta e Vigilância Penitenciária</p> <p><u>DECRETO Nº 57.524, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011</u> Regulamenta a Lei nº 14.592, de 19 de outubro de 2011, que proíbe, no Estado de São Paulo, a venda, a oferta, o fornecimento, a entrega e a permissão de consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade, e dá providências correlatas</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	<p>DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS <u>INSTRUÇÃO DRHU – 5, DE 17-11-2011</u> Dispõe sobre a abertura de inscrição aos servidores pertencentes à carreira de Agente de Segurança Penitenciária - ASP e à classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária - AEVP, interessados em se transferirem para as futuras unidades prisionais de Cerqueira César</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SAP – 228, DE 17-11-2011</u> Autoriza a abertura de inscrições de servidores pertencentes à carreira de Agente de Segurança Penitenciária e à classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária interessados em se transferirem para as futuras unidades prisionais de Cerqueira César que se subordinarão a Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SAP – 227, DE 17-11-2011</u> Autoriza a abertura de inscrições de servidores pertencentes às classes de Assistente Social, Auxiliar de Enfermagem, Cirurgião Dentista, Enfermeiro, Médico Clínico Geral, Médico Psiquiatra, Psicólogo, Oficial Operacional (Motorista) e Oficial Administrativo, interessados em se transferirem para o futuro Centro de Detenção Provisória de Taiúva, que se subordinará à Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado</p>

<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO <u>ATO DO PRIMEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO, DE 16-11-2011</u> Regulamenta a atuação de Defensores Públicos, aos finais de semana, no mutirão carcerário organizado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ</p>
<p>Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT)</p>	<p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CONSELHO DELIBERATIVO) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 06, DE 17-11-2011</u> Regulamenta a Evolução Funcional – promoção e progressão dos empregados públicos e servidores estatutários do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.</p>
<p>Fazenda (SF)</p>	<p>SUPLEMENTO - FAZENDA COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>RESOLUÇÃO SF Nº 75, DE 18-11-2011</u> Divulga os valores de mercado de veículos usados, em unidade de moeda corrente, para efeito de lançamento do IPVA no exercício de 2012. Anexo: Tabelas</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF Nº 75, DE 18-11-2011</u> Divulga os valores de mercado de veículos usados, em unidade de moeda corrente, para efeito de lançamento do IPVA no exercício de 2012.</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF/APE Nº 388, DE 16-11-2011</u> Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no <u>Decreto Estadual nº 48.326 de 12-12-03</u> e Resolução da Casa Civil nº 79 de 12-12-03.</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF/APE Nº 387, DE 16-11-2011</u> O Secretário da Fazenda Aprova os índices e observações do Comunicado nº 511 da Assessoria de Política Econômica de 16 de Novembro de 2011, que fazem parte integrante desta Resolução [...]</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>PORTARIA CAT 156, DE 16-11-2011</u> Altera a Portaria CAT nº 125, de 09-09-2011, que institui o Sistema Ambiente de Pagamentos e o Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE-SP.</p>
<p>Gestão Pública (SGP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>PORTARIA DETRAN-1251, DE 16-11-2011</u> Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade a serem observados pelas Auto Escolas e Centros de Formação de Condutores</p>
<p>Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SJDC 046, DE 18-11-2011</u> Designa a Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, com fundamento na Lei Federal 8.074, de 21-10-1992, regulamentada pelo <u>Decreto Estadual 39.059, de 16-08-1994</u>, e no Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, resolve: Artigo 1º - Fica designada a senhora ADRIANA NOVELLI DA ROSA, RG 25.434.647-9, para exercer a função de Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA, em substituição a TELMA DJANIRA MACIEL. Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,</p>

	revogando os efeitos da Resolução SJDC 09, de 4 de abril de 2011.
Secretaria da Segurança Pública (SSP)	<p>POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (COMANDO GERAL) <u>PORTARIA CMT G PM1-007/02/11, DE 11-11-2011</u> Altera a Portaria nº CMT G PM1-005/02/11, de 15 de agosto de 2011, que dispõe sobre a entrega de arma de fogo, acessórios e munições, junto às Organizações Policiais Militares do Estado de São Paulo, e dá outras providências</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SSP/SGP 02, DE 08-11-2011</u> Define os procedimentos no âmbito da Secretaria da Segurança Pública e Secretaria de Gestão Pública para instrução e trâmite dos processos de concessão de placas particulares para veículos oficiais.</p>
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
19/11/11	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1087, DE 2011</u> Obriga os órgãos responsáveis pela gestão da educação pública do Estado de São Paulo a divulgar, em todos os veículos de comunicação oficial e em cada unidade escolar, os dados referentes à qualidade da educação ofertada nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio.</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1086, DE 2011</u> Obriga os fornecedores de produtos ou serviços no Estado de São Paulo a cumprir o prazo estabelecido nos contratos para entrega do serviço ou produto e em caso de atraso estipula multa pecuniária.</p>
18/11/11	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1082, DE 2011</u> Determina garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra por órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1080, DE 2011</u> Obriga a realização do "Teste do Coraçãozinho" (exame de oximetria de pulso) em todos os recém nascidos nos berçários das maternidades do Estado de São Paulo.</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS <u>COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL</u> COMUNICADO SDG nº 031/2011 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica a todos os órgãos jurisdicionados que a nova versão do sistema SISCAA (Sistema de Controle de Admissão, Aposentadoria/Pensão) está disponível no site do Tribunal: http://www.tce.sp.gov.br/fiscalizacao/sistemas/sistfis-cao.shtm A atualização da nova versão 5.0 deverá ser utilizada OBRIGATORIAMENTE por todos os órgãos do Estado e Municípios nos processos de admissão de pessoal a partir do exercício de 2011. Eventuais dúvidas deverão ser dirigidas a este Tribunal no site: www.tce.sp.gov.br, por meio do "fale conosco" do SisCAA. SDG, 28 de outubro de 2011. Sérgio Ciquera Rossi SECRETÁRIO–DIRETOR GERAL</p>
17/11/11	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1079, DE 2011</u>

Inserir parágrafo único no artigo 1º da [Lei Estadual nº 14.463, de 25 de maio de 2011](#).
 A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 DECRETA:
 Artigo 1º - Fica inserido o seguinte parágrafo único no artigo 1º da Lei Estadual nº 14.463, de 25 de maio de 2011:
 “Artigo 1º -
 Parágrafo único - Esta proibição aplica-se somente às relações de consumo que preencham os requisitos previstos no artigo 2º da [Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).”
 (NR)

PROJETOS DE LEI
PROJETO DE LEI Nº 1077, DE 2011

Obriga os estabelecimentos que comercializam aparelhos de telefonia celular a informar sobre os riscos que a radiação dos mesmos pode causar a saúde e dá outras providências.

PROJETOS DE LEI
PROJETO DE LEI Nº 1076, DE 2011

Altera a [Lei nº 13.296 de 23 de dezembro de 2008](#), que estabelece o tratamento tributário sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

TRIBUNAL DE CONTAS
COMUNICADO SDG Nº 34/2011

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO comunica que se encontra autorizado o credenciamento de Advogados e Estagiários de Direito, regularmente inscritos na OAB, com o objetivo da criação de banco de dados para implantação do Processo Eletrônico (e-TCESP), cujo início se dará com aqueles versando Exame Prévio de Edital. Os interessados deverão acessar o endereço eletrônico <http://questionario.tce.sp.gov.br/index.php?sid=75437> para os procedimentos de preenchimento da ficha de credenciamento, que deverá ser impressa, assinada e entregue em qualquer Unidade Protocoladora do Tribunal, mediante apresentação dos documentos originais, nos termos da Resolução nº 01/2011 – DOE de 07/10/11.

A apresentação da documentação necessária para o credenciamento deverá ser feita pessoalmente pelo interessado em qualquer Unidade Protocoladora do Tribunal, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 17h00, a partir da data de publicação deste comunicado.

O referido credenciamento estará permanentemente à disposição dos Advogados interessados.

Após o recebimento da documentação, o Tribunal procederá à validação, ativação do cadastro e, oportunamente, ao encaminhamento, por meio de mensagem eletrônica, de login e senha para o acesso do usuário ao sistema e-TCESP.

Tão logo os procedimentos de credenciamento estejam concluídos, novo comunicado será expedido informando a data a partir da qual o sistema poderá ser utilizado.

Eventuais dúvidas deverão ser dirigidas a este Tribunal por meio do endereço de correio eletrônico e-tcesp@tce.sp.gov.br.

Alerte-se que o não credenciamento poderá acarretar prejuízo aos Advogados legalmente habilitados, vez que não poderão intervir no processo eletrônico (e-TCESP), via web.

SDG, 10 de novembro de 2011.

Sérgio Ciquera Rossi
 SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

**Publicação
 DO - Cidade**

SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

**14/11/11 a
 19/11/11**

Não houve legislação pertinente ao Boletim neste período

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107.